

Kripke sobre a possibilidade epistêmica e metafísica: As duas rotas para o necessário a *posteriori*¹

SCOTT SOAMES

(University of Southern California). *E-mail*: soames@usc.edu

Tradução de Daniel Soares da Silva. *E-mail*: daniel2s1@hotmail.com

A discussão realizada por Kripke do necessário *a posteriori*, em *Naming and Necessity* e “Identity e Necessity” – em que ele estabelece o fundamento para distinguir a possibilidade epistêmica daquela da metafísica e explica a relação entre as duas –, é, em minha opinião, um dos mais proeminentes feitos da filosofia do século vinte.² O meu objetivo neste ensaio é extrair as lições duradouras da sua discussão e desemaranhá-las de certas dificuldades que aí podem ser encontradas. Eu argumento que, na realidade, existem duas rotas kripkianas para o necessário *a posteriori* – uma que é correta e filosoficamente de longo alcance, a outra que é incorreta e filosoficamente enganadora.³

PROPOSIÇÕES

Embora Kripke evite em *Naming and Necessity* a palavra “proposição” e tente manter os seus comprometimentos teóricos no plano mínimo, repetidamente ele fala de “enunciados” (*statements*) necessários ou contingentes e de “verdades”, conhecíveis *a priori* ou *a posteriori*, que as frases (*sentences*) expressam. Portanto, ele evidentemente acredita que há coisas expressas por frases que tanto são as portadoras do valor de verdade quanto objetos de atitudes como a de conhecer. Dado que isso é o que se supõe que sejam as proposições, a sua discussão pode ser entendida como implicitamente envolvendo proposições, ainda que evite, tanto quanto seja possível, compromissos teóricos substanciais quanto àquilo que elas sejam. Assim, seria

seguro introduzir a palavra em nossa discussão, contanto que limitemos nossas suposições sobre as proposições àquelas que sejam as menos objetáveis e estejam mais afinadas com as pressuposições implícitas de Kripke.

S1. Algumas coisas são afirmadas, nelas se acredita e são conhecidas. Para um agente afirmar, acreditar ou conhecer alguma coisa, deve estar numa relação com essa coisa.

S2. As coisas afirmadas, nas quais se acredita e que são conhecidas são as portadoras de verdade e falsidade (contingente ou necessária). Essas coisas, que podemos chamar de “proposições”, são expressas por frases. A proposição expressa por F é designada por expressões tais como [a proposição de que F], [o enunciado/ a pretensão (*claim*)/ a asserção/ a crença de que F] ou, simplesmente, [de que F] – por exemplo, a proposição expressa por “Véspero é Fósforo” é a proposição de que Véspero é Fósforo.

S3. Dado que diferentes frases podem ser usadas para afirmar a mesma coisa ou expressar a mesma crença, e que diferentes crenças ou asserções podem resultar de se aceitar ou proferir a mesma frase, as proposições não são idênticas às frases usadas para expressá-las. Intuitivamente, as proposições são o que diferentes frases ou proferimentos que dizem a mesma coisa têm em comum, seja o que for que possa ser.

S4. Atribuições de atitude – [x afirma, acredita, sabe (*a priori* ou *a posteriori*) que F] – relatam que um sujeito possui uma certa atitude em relação à proposição expressa por F (no contexto).

A tese central de Kripke sobre o necessário *a posteriori* é que, para algumas proposições p, p é tanto necessariamente verdadeira quanto conhecível apenas com base em dados empíricos.

ESSENCIALISMO E A DISTINÇÃO ENTRE A POSSIBILIDADE
EPISTÊMICA E A POSSIBILIDADE MEETAFÍSICA

A primeira e mais convincente rota de Kripke para o necessário *a posteriori* é ilustrada por (1)-(4).

1. Greg Soames \neq Brian Soames.
2. Se Saul Kripke existir, então Saul Kripke é um ser humano.
3. Esta escrivanhinha (apontando para uma no meu escritório) não foi feita de metal.
4. Se esta escrivanhinha existir, então ela é feita de moléculas.

Dado que são verdadeiras, essas proposições são, de acordo com Kripke, necessariamente verdadeiras. Porém, é óbvio que elas são conhecíveis apenas *a posteriori*. Como isso pode acontecer? Como pode uma proposição que é necessária, e que é conhecida como tal, também ser conhecível apenas *a posteriori*? A resposta de Kripke faz apelo ao nosso conhecimento de propriedades e relações essenciais.⁴ Nós sabemos *a priori* que ser humano, ser uma escrivanhinha que foi feita (originalmente) de metal e ser uma escrivanhinha feita de moléculas são propriedades essenciais de qualquer coisa que as tenha. Sabemos também *a priori* que ser não idêntico é uma relação que se aplica necessariamente a qualquer par que ela relaciona. Assim, sabemos *a priori* que, se alguns objetos possuem essas propriedades ou estão nessa relação, então eles as possuem ou nela estão em qualquer circunstância genuinamente possível em que existem. Portanto, sabemos *a priori* que as proposições (1)-(4) são necessárias, se verdadeiras.⁵ Não obstante, descobrir que elas são verdadeiras exige investigação empírica. Isto significa que, para descobrir se certas coisas são verdadeiras em todos os estados que o mundo genuinamente poderia ter e se outras coisas são verdadeiras em nenhum desses estados, às vezes precisamos primeiro descobrir o que é verdadeiro no estado do mundo em que de fato estamos. Às vezes, para descobrir o que poderia ou não poderia ser, é necessário descobrir primeiro o que é.

Implícita nessa rota para o necessário *a posteriori* está uma distinção nítida entre a possibilidade epistêmica e a possibilidade metafísica – entre maneiras como as coisas *concebevolmente* poderiam ser *versus* maneiras

como as coisas *realmente* poderiam ser (ou teriam sido). É natural traçar essa distinção em termos da noção de *mundo possível*, ou melhor, *estado-do-mundo possível* (*possible world-state*). Para Kripke, estados do mundo possíveis *não* são universos concretos alternativos, mas objetos abstratos. Estados-do-mundo metafisicamente possíveis são formas maximamente completas de como o universo concreto real poderia ter sido – propriedades maximamente completas que o universo poderia ter instanciado. Estados-do-mundo epistemicamente possíveis são formas maximamente completas em que se poderia conceber o universo – propriedades maximamente completas que poderiam ser concebidas como sendo instanciadas pelo universo e que não poderiam ser conhecidas *a priori* como não sendo instanciadas por ele. Esses dois conjuntos de propriedades são diferentes. Assim como há propriedades que os objetos comuns poderiam possivelmente ter tido e outras propriedades que eles não poderiam ter tido, da mesma forma há certas propriedades maximamente completas que o universo poderia ter tido – estados-do-mundo metafisicamente possíveis – e outras propriedades maximamente completas que o universo não poderia ter tido – estados-do-mundo metafisicamente impossíveis. Assim como algumas das propriedades que os objetos não poderiam ter tido são propriedades que alguém poderia conceber como sendo deles, e não se sabe *a priori* que eles não as têm, da mesma forma algumas propriedades maximamente completas que o universo não poderia ter tido – estados-do-mundo metafisicamente impossíveis – são propriedades que se poderiam conceber como sendo dele, e não poderia ser conhecido *a priori* que ele não as tem. Esses estados do mundo são epistemicamente possíveis. Nessa imagem – que Kripke não torna explícita, embora o pudesse ter feito –, os dados empíricos exigidos para o conhecimento de verdades necessárias como (1)-(4) são necessários para excluir estados-do-mundo metafisicamente impossíveis, mas epistemicamente possíveis, nos quais elas são falsas.

De acordo com Kripke, portanto, algumas coisas que são coerentemente concebíveis não são genuinamente possíveis. Como se relacionam, então, a conceptibilidade e a possibilidade? Nesse sentido, essa é a sua resposta..

Se a visão essencialista está correta, ela o pode ser apenas se distinguirmos nitidamente entre as noções, por um lado, de verdade *a priori* e *a posteriori* e, por outro, de verdade necessária e contingente, pois, embora seja necessário o enunciado de que esta mesa, se existe, não foi feita de gelo, certamente isso não é algo que conhecemos *a priori*... Isto parece madeira. Não está frio e provavelmente estaria, fosse feita de gelo. Portanto, concluo que provavelmente isto não é feito de gelo. Aqui, todo o meu julgamento é *a posteriori*... dado que não é na verdade feita de gelo, na verdade é feita de madeira, não se poderia imaginar que, sob certas circunstâncias, poderia ter sido feita de gelo. Assim, temos de dizer que, embora não possamos saber *a priori* se a mesa foi feita de gelo ou não, ela *necessariamente* não foi feita de gelo, dado que de fato não é feita de gelo. Em outras palavras, se P for o enunciado de que a mesa não é feita de gelo, alguma condicional da forma “se P, então necessariamente P” é conhecida por análise filosófica *a priori*. Se a mesa não for feita de gelo, ela necessariamente não é feita de gelo. Por outro lado, então, sabemos por investigação empírica que P, o antecedente da condicional, é verdadeiro – que esta mesa não é feita de gelo. Podemos concluir por *modus ponens*:

P > Necessariamente P

P

Necessariamente P

A conclusão – “Necessariamente P” – é que é necessário que a mesa não seja feita de gelo, e essa conclusão é conhecida *a posteriori*, dado que é *a posteriori* uma das premissas em que se baseia. (“Identity and Necessity”, 152-3).

Embora não seja colocada em termos da distinção entre conceitabilidade e possibilidade genuína, ou entre os dois tipos diferentes, mas relacionados, de estados-do-mundo, a lição da passagem se deixa assim formular facilmente. No argumento de Kripke, o fato de não se poder *a priori* conhecer que P significa que não se pode conhecer *a priori* que seja instanciado um estado-do-mundo no qual P seja falso. Tais estados são coerentemente

concebíveis, e, portanto, epistemicamente possíveis. O fato de que se sabe *a priori* que, se P, então necessariamente P, significa que se sabe *a priori* que, se é instanciado um estado-do-mundo no qual é verdadeiro que P, então não existe nenhum estado-do-mundo no qual seja falso que P poderia ter sido instanciado. Assim, quando se descobre empiricamente que é verdadeiro que P, aprende-se *a posteriori* que estados-do-mundo epistemicamente possíveis nos quais P é falso são metafisicamente impossíveis.

Nessa concepção, os objetos da conceitabilidade – as coisas que concebemos quando tentamos determinar o que é metafisicamente possível – incluem não apenas estados-do-mundo individuais, mas *sistemas* inteiros de possibilidade metafísica, cada um dos quais com um correspondente estado-do-mundo “real” e com um espaço de estados relacionados. Alguém que vê a minha mesa pela primeira vez, não sabendo de que ela foi feita (originalmente), pode conceber um estado-do-mundo no qual ela tenha sido feita de mogno, um estado-do-mundo no qual ela tenha sido feita de carvalho e, talvez, até mesmo um estado-do-mundo no qual tenha sido feita de metal. Pode-se conceber cada um desses estados como sendo instanciados. Acompanhando tais estados, podem ser concebidos estados relacionados que serão possibilidades metafísicas genuínas se o estado inicial imaginado for instanciado. Assim, acompanhando o estado concebido (real) no qual a mesa tenha sido feita de mogno marrom-avermelhado, podem ser concebidos estados-do-mundo relacionados em que ela tenha sido feita de mogno marcado com outra coloração. Porém, dada a suposição de que o estado original é instanciado, não se pode conceber *nenhum* estado possível, relativamente a ele, no qual a mesma mesa tenha sido feita de algum outro material – por exemplo, carvalho ou metal. Uma argumentação similar se aplica para os outros estados-do-mundo epistemicamente possíveis nos quais a mesa *tenha sido* feita daquelas coisas. Quando elas desempenham o papel do estado-do-mundo “real” concebido – isto é, quando elas são consideradas como instanciadas e se pergunta que estados são possíveis relativamente a elas – toma-se os estados-do-mundo nos quais a mesa foi feita de mogno como impossíveis *relativamente àqueles estados*.

Assim, temos um conjunto de estados-do-mundo epistemicamente possíveis, sendo que cada um dos quais pode ser coerentemente concebido como sendo instanciado. Junto com cada um estado m_1 desse, temos estados-do-mundo (epistemicamente possíveis) m_2 que reconhecemos como metafisicamente possíveis, se o estado “real” inicial concebido for instanciado – isto é, reconhecemos que, se m_1 tiver sido instanciado, então m_2 seria uma propriedade que o universo poderia ter tido. Além disso, para cada estado m_2 desse, há estados-do-mundo (epistemicamente possíveis) m_3 que reconhecemos como metafisicamente possíveis, se m_2 for instanciado – isto é, reconhecemos que, se m_1 for instanciado, então m_3 seria possivelmente (metafisicamente) possível. Repetindo esse processo indefinidamente, geramos um sistema coerentemente concebível de possibilidade metafísica. Juntando todos os sistemas desses, temos um conjunto de sistemas epistemicamente possíveis de possibilidade metafísica. De modo geral, um estado-do-mundo ser metafisicamente possível (ou possivelmente possível) é ser um membro metafisicamente possível (ou possivelmente possível) de algum sistema epistemicamente possível de possibilidade metafísica cujo estado-do-mundo concebido é o estado que o mundo realmente é.

Evidentemente, isso não é uma definição de possibilidade metafísica em termos não-modais (algo que Kripke nunca aprovaria). Em vez disso, é uma forma de pensar sobre a relação entre conceitabilidade e possibilidade usando a noção primitiva de uma propriedade que o universo poderia instanciar. Nessa visão, a conceitabilidade é um guia falível mas útil para a possibilidade metafísica. É falível porque, antes de conhecermos o que é real, existem muitos estados-do-mundo epistemicamente possíveis que parecem genuinamente possíveis e, dessa forma, permanecem como candidatos para serem metafisicamente possíveis. Quanto mais aprendemos sobre o mundo, mais limitamos esse universo de candidatos e mais somos capazes de identificar o escopo da possibilidade metafísica genuína. Em resumo, nosso guia para a possibilidade metafísica é a conceitabilidade mais o conhecimento do que é real. Saber se esse é um guia *completo* ou não é uma outra questão. Se de alguma forma pudéssemos descobrir todos os fatos reais, não-modais,

saberíamos precisamente que estados-do-mundo seriam metafisicamente possíveis, possivelmente possíveis e assim por diante? Uma vez que a ignorância sobre o que é real seja deixada de lado, seriam conhecíveis *a priori* os fatos sobre que estados-do-mundo são metafisicamente possíveis em relação a outros? Nada do que eu disse ou qualquer doutrina de Kripke de que eu tenha conhecimento resolve a questão.

O ESCOPO DA ROTA ESSENCIALISTA DE KRIPKE PARA O NECESSÁRIO A *POSTERIORI*

A ROTA ESSENCIALISTA PARA O NECESSÁRIO A *POSTERIORI* (RENA) Seja *p* uma proposição verdadeira que atribui uma propriedade (ou relação) *F* a um objeto existente na realidade *o* (ou a uma série de objetos), na condição de *o* objeto (ou objetos) existir (enquanto não atribui quaisquer outras propriedades ou relações a outras coisas). Então, *p* será uma instância do necessário *a posteriori* se (a) for conhecível *a priori* que *F* é uma propriedade essencial de *o*, se é que *F* seja uma propriedade de *o* (ou uma relação que se aplica essencialmente aos objetos, se *F* a eles se aplicar); (b) o conhecimento de que *o* tem *F*, se existir (ou de que os objetos relacionados têm *F*, se existirem) pode ser obtido apenas *a posteriori*; e (c) conhecer *p* envolve saber de *o* (ou dos objetos) que (eles) possui *F*, se existir. (o pode ser um particular ou uma espécie.)⁶

Instâncias de RENA como (2) e (4) são os exemplos básicos dos quais outras instâncias podem ser derivadas. Por exemplo, dado que a não-identidade vincula essencialmente qualquer par que ela relaciona na realidade, um argumento desse padrão estabelece o necessário caráter *a posteriori* da proposição de que Greg Soames é não-idêntico a Brian Soames, se Greg e Brian existirem. Porém, dado que essa proposição é trivialmente equivalente à proposição expressa por (1), aquela proposição é também necessária e *a posteriori*. Observações semelhantes se aplicam a (3).

Embora o paradigma essencialista de Kripke explique muitos exemplos hipotéticos do necessário caráter *a posteriori*, algumas identidades simples levantam problemas. Embora essas frases sejam tradicionalmente tomadas como exemplos paradigmáticos do necessário *a posteriori* kripkiano, o seu estatuto é duvidoso. Sejam o e o^* objetos aos quais a relação de identidade se aplica na realidade e seja p uma proposição que atribua (apenas) identidade ao par. Então, embora as condições (a) e (c) de RENA sejam satisfeitas, a condição (b) não o é, dado que o conhecimento do par – isto é, de $\langle o, o^* \rangle$, ao qual a identidade verdadeiramente se aplica, poderia certamente ser obtido *a priori*. Desse modo, p é um exemplo do necessário *a priori*, não do necessário *a posteriori*. Esse aspecto é ilustrado por (5)..

5. $(\exists x: x = \text{Véspero}) (\exists y: y = \text{Fósforo})$ é uma verdade necessária que $x = y$.

Dado que (5) é verdadeiro, a proposição expressa por “ $x=y$ ”, relativamente a uma atribuição de Venus para “ x ” e para “ y ”, é uma verdade necessária. Entretanto, dado que essa proposição predica (apenas) a identidade de Vênus a si mesma, ela é conhecível *a priori*, se algo o for.

Claro, nem todas as identidades colocam esse problema. Por exemplo, sejam “ a ” e “ b ” os nomes do esperma e do óvulo dos quais Saul Kripke realmente se desenvolveu. Deixando de lado a possibilidade de gêmeos idênticos, a sua doutrina do essencialismo da origem caracterizará, então, (6a) e (6b) como exemplos do necessário *a posteriori*.

6a. Saul Kripke = o indivíduo que se desenvolveu de a e b (se Kripke existir).

6b. $\Lambda x [\forall y (y \text{ se desenvolveu de } a \text{ e de } b \leftrightarrow y = x)]$ Saul Kripke (se Kripke existir.).

Se Kripke estiver correto sobre o essencialismo da origem, então a proposição p expressa por (6b) encaixa na sua explicação essencialista – dado que (a) é conhecível *a priori* que a propriedade expressa pelo predicado lambda é essencial a qualquer indivíduo a que possuir, (b) apenas *a posteriori*

pode-se obter o conhecimento de que Kripke tem essa propriedade (se ele existir) e (c) conhecer p envolve saber, de Kripke, que ele tem a propriedade (se ele existir). Portanto, p é um exemplo do necessário *a posteriori* kripkiano. Também (6a) o é, dado que é trivialmente equivalente a p .

Explicações semelhantes valem para (7) e (8).

7. ouro = o elemento com número atômico 79 (se o ouro existir).

8. água = a substância cujas moléculas consistem em dois átomos de hidrogênio e um átomo de oxigênio (se a água existir).

Aqui, “ouro” e “água” são tratados como designando (no lugar de suas instâncias particulares concretas), as espécies naturais (abstratas) e^o e e^a . Assim, a proposição expressa por (7) é trivialmente equivalente à proposição p^o que predica, de e^o , a propriedade de ser o único elemento cujas instâncias têm uma determinada estrutura atômica (se e^o existir), e a proposição expressa por (8) é trivialmente equivalente à proposição p^a que predica, de e^a , a propriedade de ser a única substância cujas instâncias são feitas de moléculas constituídas de dois átomos de hidrogênio e um átomo de oxigênio (se e^a existir). Supondo, com Kripke, que essas propriedades sejam conhecíveis *a priori* como propriedades essenciais a qualquer espécie que as possua, ainda que sejam necessários dados empíricos para justificar a atribuição delas a qualquer espécie particular, nós concluímos que p^o e p^a são exemplos do necessário *a posteriori*. Dado que as proposições expressas por (7) e por (8) são equivalentes a elas, também elas caem sob essa rubrica.

Os exemplos (9a)-(9c) também encaixam no paradigma essencialista, ainda que não sejam, a rigor, *identidades*.

9a. Gatos são animais.

9b. Relâmpago é eletricidade.

9c. Luz é corrente de fótons.

Kripke denomina esses casos de *enunciados de identificação teórica e*,

quando sugere (10b) como análise de (10a), oferece uma pista para a sua correta análise.⁷

10a. Calor é energia cinética molecular média.

10b. $\forall x \forall y$ (x é mais quente que y \leftrightarrow a energia cinética molecular média de x for maior do que a de y).

Aplicando essa idéia a (9), produz-se (11).

11a. $\forall x$ (x é um gato \supset x for um animal).

11b. $\forall x$ (x é (uma instância de) relâmpago \supset x for (uma instância de) eletricidade).

11c. $\forall x$ (x é (uma instância de) luz \supset x for uma corrente de fótons).

A proposição (11a) é equivalente a uma que predica, da espécie gato, a propriedade de ter apenas instâncias que são também instâncias do gênero animal. Se for possível saber *a priori* que essa propriedade é uma propriedade essencial de qualquer espécie que a possuir (mesmo se, para saber que uma espécie a tem, for necessária investigação empírica), então (11a) insere-se dentro do paradigma essencialista de Kripke. Observações semelhantes valem para (11b), (11c) e (10b).⁸

Em suma, o paradigma essencialista de Kripke explica muitos exemplos genuínos do necessário *a posteriori*. Poderia até mesmo parecer que todos os seus alegados exemplos do necessário *a posteriori* caíam sob essa categoria. Entretanto, não é o que acontece. Frases da forma de (12a), onde *m* e *n* são nomes simples correferenciais, *não* se encaixam no paradigma; também não o fazem frases da forma de (13a), onde *E* e *E** são termos simples para espécies naturais que designam (rigidamente) a mesma espécie *E*, e [é um *E*] e [é um *E**] são predicados que se aplicam a todos os exemplos de *e*, e apenas a eles.

12a. $n = m$.

12b. Véspero é Fósforo.

13a. $\forall x [x \text{ é um } E \leftrightarrow x \text{ for um } E^*]$.

13b. Cachorros são cães (e inversamente)⁹

Dado que, segundo Kripke, os nomes não têm sentidos descritivos, é natural considerar uma frase formada por nomes mais um predicado relacional R como expressando semanticamente uma proposição que predica, dos referentes dos nomes, a relação expressa por R, sem qualquer outra predicação adicional. Nesse modelo, a proposição expressa por (12b) apenas predica a identidade de Vênus consigo mesmo. Embora essa proposição seja necessária, ela parece poder ser conhecível *a priori*. Claro, alguém poderia evitar essa conclusão adotando a suposição (estranha a Kripke) de que – além de predicar a identidade de Vênus consigo mesmo – a proposição expressa por (12b) predica as propriedades de Vênus ser visível durante a noite e de ser visível durante a manhã. Porém, a proposição seria então *contingente*.¹⁰ Assim, embora Kripke ofereça (12b) e outros exemplos de (12a) como exemplos paradigmáticos do necessário *a posteriori*, não se pode chegar a esse resultado pela rota essencialista tradicional. Observações semelhantes se aplicam a instâncias de (13).

A segunda Rota de Kripke para o Necessário *A Posteriori*: Véspero e Fósforo

O argumento a favor do caráter *a posteriori* de (12b), dado nas últimas páginas da conferência 2 de *Naming and Necessity*, é baseado na observação de que os dados empíricos disponíveis ao falante que entenda “Véspero” e “Fósforo” são insuficientes para determinar que os termos sejam correferenciais. Kripke ilustra isso observando que existem estados-do-mundo possíveis *m* nos quais usuários competentes de “Véspero” e de “Fósforo” estão, no que diz respeito aos dados empíricos, em situações qualitativamente idênticas à nossa (antes da descoberta astronômica), e, contudo, em *m*, os nomes se referem a coisas diferentes.

Os dados empíricos que tenho antes de saber que Véspero é Fósforo são que vejo uma certa estrela ou um certo corpo celeste à noite e o chamo de “Véspero”, e o da manhã, de “Fósforo”. Eu conheço essas coisas. Há certamente um mundo possível no qual um homem veria uma certa estrela numa certa posição à noite e a chamaria de “Véspero”, e de “Fósforo” a uma certa estrela da manhã; e concluiria – deveria ser descoberto por investigação empírica – que ele nomeiou duas estrelas ou corpos celestes diferentes... E, assim, é verdadeiro que, dados os indícios que alguém tem antes da investigação empírica, ele pode estar, num certo sentido, exatamente na mesma situação, isto é, *numa situação epistêmica qualitativamente idêntica*, e chamar os dois corpos celestes de “Véspero e “Fósforo”, sem que eles sejam idênticos. Assim, nesse sentido, podemos dizer que *as coisas poderiam ter acontecido de outro modo*. (103-4, ênfases minhas).

Esse exemplo mostra que os dados empíricos disponíveis para nós, simplesmente por sermos usuários competentes dos nomes, não estabelece (12c) ou (12d).

12c. “Véspero” e “Fósforo” são correferenciais.

12d. “Véspero é Fósforo” expressa uma verdade.

Assim, essas proposições não são conhecíveis *a priori*.

Entretanto, a lição que Kripke extrai explicitamente é que a proposição expressa por (12b) não é conhecível *a priori*.

Assim, duas coisas são verdadeiras: primeiro, que não conhecemos *a priori* que Véspero seja Fósforo e não estamos em posição de descobrir a resposta exceto empiricamente. Segundo, que isso é assim porque podemos ter dados empíricos *qualitativamente indistinguíveis* dos indícios que temos e determinar a referência dos dois nomes pelas posições dos dois planetas no céu, sem que os planetas sejam os mesmos. (104, ênfase minha).

Essa conclusão é injustificada. Dado que a proposição expressa por (12b) é verdadeira em todos os estados-do-mundo metafisicamente possíveis, ela é verdadeira em todos os estados desses nos quais os agentes estão em situações epistêmicas qualitativamente idênticas à nossa – mesmo quando a proposição que *eles* expressam por meio de (12b) seja falsa. Embora tanto nós quanto eles precisemos de dados empíricos para excluir a falsidade de (12c) e de (12d), *não* se demonstrou que, quando (12b) *expressa* uma proposição verdadeira *p*, sejam necessários dados empíricos para excluir a falsidade possível de *p*. Dado que *não* se demonstrou que os dados sejam necessários para excluir a falsidade possível da proposição atualmente expressa por *nosso* uso de (12b), *não* se demonstrou que podemos saber apenas *a posteriori* que Véspero é Fósforo.

Para derivar a conclusão de Kripke, exige-se uma premissa que Kripke deixa implícita. Na passagem, ele explora uma conexão familiar entre o entendimento pelos falantes de frases e a sua aceitação, e a nossa capacidade de usar essas frases para relatar aquilo em que eles acreditam. Antes da descoberta astronômica, os falantes compreendiam, mas não aceitariam, a frase (12b); portanto, é natural concluir, eles não acreditavam que Véspero fosse Fósforo. Visto que eles não estariam *justificados* em aceitar (12b) com base nos dados empíricos então disponíveis, é plausível supor que eles não estariam justificados em acreditar que Véspero fosse Fósforo. Mas, então, a proposição de que Véspero é Fósforo tem de exigir apenas justificação empírica, no caso de ser conhecível apenas *a posteriori* – exatamente como Kripke diz.

Eis o argumento:

- (i) Alguém que compreende “Véspero é Fósforo” (a) aceita e acredita que ela é verdadeira sse acredita que Véspero é Fósforo, e (b) estaria justificado em aceitar e acreditar nela como verdadeira sse estivesse justificado em acreditar que Véspero é Fósforo.
- (ii) Para que alguém esteja justificado em aceitar que “Véspero é Fósforo” e acreditar nela como verdadeira, precisa de dados empíricos de que os dois

nomes referem a mesma coisa. Dado que se sabe que “Véspero” designa o corpo celeste visto à noite e que “Fósforo” designa o corpo celeste visto na manhã, são necessários dados de que esses sejam um e o mesmo.

(iii) Visto que alguém precisa de dados empíricos para estar justificado em acreditar que Véspero é Fósforo, ela é conhecível apenas *a posteriori*.

Quando expresso no quadro teórico das proposições, esse argumento pressupõe a seguinte premissa.

Descitação e Justificação Fortes (DJF).

Se x compreende F , usa F para expressar p e sabe que F expressa p , então (a) x acredita em p sse x aceitar F (e acreditar nela como verdadeira), e (b) x estaria justificado em acreditar em p com base em dados empíricos d sse x estiver justificado em aceitar F (e acreditar nela como verdadeira) com base em d .

Alguém que entende “Véspero é Fósforo”, ao mesmo tempo em que associa os nomes com “o corpo celeste visível de manhã” e “o corpo celeste visível na noite”, aceitará justificadamente a frase e nela acreditará como verdadeira apenas se acreditar justificadamente que o corpo celeste visível na noite seja o corpo celeste visível na manhã. Essa crença descritiva não envolve crença *de re* sobre Vênus, e é esse tipo de crença que Kripke procura para o seu argumento. Visto que a justificação para essa crença exige dados empíricos, a justificação para aceitar “Véspero é Fósforo” também os exige. DJF transfere essa exigência para a crença que se tem na proposição expressa pela frase que se usa – presumivelmente, em nosso caso, a proposição de que Véspero é Fósforo. Portanto, o nosso conhecimento dessa proposição pode ser apenas *a posteriori*.

Extensão do Argumento para Outras Instâncias do Necessário *A Posteriori*

Na conferência 3, Kripke generaliza essa explicação para todos os casos de necessário *a posteriori*. Depois de resumir a sua análise dos termos para espécies naturais e de ilustrar o seu papel em expressar exemplos do necessário *a posteriori*, ele se dedica a um desafio. Até então, ao descrever esses exemplos, ele enfatiza que, embora sejam necessários, por tudo que sabemos antes de empiricamente descobrir a sua verdade, *eles poderiam ter se revelado o contrário*. Percebendo que isso poderia soar intrigante, ele dá voz à seguinte objeção.

Agora, a despeito dos argumentos que ofereci antes a favor da distinção entre verdade necessária e *a priori*, ainda pode ser intrigante a noção de uma verdade necessária *a posteriori*. Alguém poderia muito bem estar inclinado a argumentar como segue: “Você admitiu que o calor poderia não ter sido movimento molecular e que o ouro poderia não ter sido o elemento com número atômico 79. Nesse sentido, você também reconheceu que ... esta mesa poderia ter sido feita do gelo da água do Tâmis. Eu aceito que Véspero poderia não ser Fósforo. O que você quer dizer então quando diz que tais eventualidades são impossíveis? Se Véspero *não pudesse* ter sido Fósforo, então Véspero poderia não ter *sido* Fósforo. E da mesma forma para os outros casos: se o mundo *pudesse* ter sido de outra forma, então ele poderia ter *sido* de outro jeito” (140-1).

A objeção cobre todos exemplos *p* do necessário *a posteriori*. Dado que *p* é *a posteriori*, a sua falsidade tem de ser concebível, e, assim, parece, o conhecimento de *p* deve exigir dados empíricos que eliminem as possibilidades nas quais *p* é falso. Sem tais dados, *p poderia ter sido falso*. Mas, sustenta o crítico, se *p* for necessário, não há tais possibilidades a serem eliminadas, dado que, não importa em qual estado do mundo se esteja, é um estado no

qual p é verdadeiro. Assim, se p for necessário, nós não necessitamos, no final das contas, de dados empíricos para conhecer p , e, se p for *a posteriori*, então p não é necessário. Em qualquer caso, o necessário *a posteriori* é uma ilusão.

Kripke inicia a sua resposta invocando uma idéia central para a sua explicação de (12b). De acordo com essa explicação, a função dos dados empíricos exigidos para o conhecimento de que Véspero é Fósforo *não* é eliminar estados-do-mundo possíveis nos quais a proposição seja falsa. Não existem tais estados. Em vez disso, os dados empíricos são necessários para eliminar estados possíveis nos quais nós usamos a frase (12b) para expressar algo falso. Eliminar isso envolve colocar de lado nossas crenças *de re* sobre Vênus e determinar se nossas crenças *descritivas* justificadas estão à altura da tarefa. Se elas fracassarem em eliminar a possibilidade de um estado epistêmico *qualitativamente idêntico* ao nosso nos quais os nomes se referem a coisas diferentes, então não podemos eliminar a falsidade da frase que aceitamos, e, assim, continua o pensamento, não podemos justificar a crença que expressamos usando a frase. A tarefa de Kripke é estender essa explicação de (12b) para todos os exemplos do necessário *a posteriori*.

O crítico está correto quando argumenta que, se eu sustento que esta mesa poderia não ter sido feita de gelo, então eu tenho de sustentar que ela poderia ter revelado ser feita de gelo; *poderia ter se revelado que P* implica que P poderia ter sido o caso. A intuição de que a mesa poderia ter se revelado ter sido feita de gelo ou de qualquer outra coisa, de que poderia ter se revelado não ser feita de moléculas, equivale então ao quê? Penso que significa simplesmente que poderia ter havido *uma mesa*, que era de fato feita de gelo, parecida com essa e que estivesse nesse mesmo lugar na sala. Em outras palavras, eu (ou algum ser consciente) poderia ter estado *qualitativamente na mesma situação epistêmica* que de fato ocorre. Eu poderia ter, sobre *uma mesa* que foi feita de gelo, a mesma experiência sensível que de fato tenho. (141-2).

Suponha que eu encontre uma mesa. Examino-a e venho a saber que ela é feita de madeira, não de gelo. Tanto quanto eu sabia antes da minha investigação, *poderia ter se revelado* que a mesa fosse era de gelo. Kripke nos diz que essa intuição – de que a mesa *poderia ter se revelado* feita de gelo – é simplesmente o reconhecimento de que, para um agente, é genuinamente possível estar numa situação qualitativamente idêntica àquela em que estou antes de minha investigação e se deparar com uma mesa que *é* feita de gelo. Ele generaliza esse ponto no próximo parágrafo.

A resposta geral ao crítico pode então ser formulada como segue. Qualquer verdade necessária, seja *a priori* ou *a posteriori*, não poderia ter sido diferente. No caso de algumas verdades necessárias *a posteriori*, entretanto, podemos dizer que, sob situações apropriadas qualitativamente idênticas, um enunciado qualitativo apropriado correspondente poderia ter sido falso. O enunciado frouxo e impreciso de que o ouro poderia ter sido um composto deve ser substituído (aproximadamente) pelo enunciado que lhe é logicamente equivalente de que poderia ter havido um composto com todas as propriedades originalmente atribuídas ao ouro. O enunciado impreciso de que Véspero poderia não ter sido Fósforo deve ser substituído pela contingência verdadeira mencionada antes nessas conferências: dois corpos diferentes poderiam ter ocupado, de manhã e à noite, respectivamente, as mesmas posições atualmente ocupadas por Véspero-Fósforo-Vênus. (142-3).

Aqui, nós temos a generalização de (12b). Ao apontar para a mesa e dizer “Esta mesa não é feita de gelo”, eu expressei uma verdade necessária – dado que *esta mesa mesma* não poderia ter sido feita de gelo. Entretanto, eu não aceitaria, e não estaria justificado em aceitar, a frase proferida, a menos que eu *também* acreditasse, e estivesse justificado em acreditar, na proposição descritiva PD de que *a mesa única ali do lado não foi feita de gelo*. É minha crença justificada em PD (compartilhada por agentes em estados qualitativamente idênticos) que elimina situações possíveis nas quais o meu proferimento fracassa em expressar uma verdade. PD, é claro, é contingente em

vez de necessária, e, portanto, não deve ser confundida com a proposição (singular) expressa pela frase indexical proferida. Porém, visto que eu estou justificado em acreditar em PD apenas com base em dados empíricos e visto que esses dados empíricos são exigidos para que o meu proferimento seja justificado, a minha justificativa para aceitar a frase exige requer dados empíricos. De DJF segue que, embora seja uma verdade necessária que *esta mesa* não é feita de gelo, o meu conhecimento desta verdade exige justificação empírica e, assim, é *a posteriori*.

Esta é a segunda rota de Kripke para o necessário *a posteriori*. Todos os seus exemplos contêm nomes, termos para espécies naturais ou demonstrativos, e semanticamente expressam proposições cujo conhecimento envolve o conhecimento *de re* dos indivíduos ou das espécies designados por esses termos. A *necessidade* dessas proposições é explicada pela sua atribuição de propriedades e relações essenciais àqueles indivíduos ou espécies. O seu caráter *a posteriori* é explicado – em sua *primeira* rota para o necessário *a posteriori* – pelo fato de que apenas *a posteriori* se sabe que as propriedades e as relações se aplicam a indivíduos e espécies particulares. Essa explicação, ainda que geral, exclui identidades simples. Assim, ela se aplica a (1)-(4) e (6)-(11), mas *não* a (12) e (13). A *segunda* explicação (tentativa) de Kripke busca se aplicar não apenas a esses retardatários, mas a outros casos também. Na segunda rota, o conhecimento de uma proposição necessária *p* está ligado à aceitação de uma frase *F* usada para expressar *p* – que, por sua vez, está ligada ao conhecimento de uma proposição descritiva PD para a qual se exigem dados empíricos. Dado que a justificativa para se aceitar *F* e se acreditar em PD exige dados empíricos, esses dados são também necessários para o conhecimento de *p*.

As duas rotas para o necessário *a posteriori* se diferenciam como segue:

- (i) A primeira rota se aplica a um subconjunto adequado de casos para os quais a segunda visa a se aplicar.
- (ii) Apenas a primeira rota leva ao reconhecimento de estados-do-mundo epistemicamente possíveis além daqueles que são metafisicamente possíveis.

(iii) Apenas a primeira toma os indícios empíricos necessários para o conhecimento *a posteriori* de *p* para eliminar possibilidades epistêmicas nas quais *p* seja falso.

Há também uma outra diferença importante. A primeira rota, como eu indiquei, está correta. A segunda, não.

A Incorreção da Segunda Rota de Kripke para o Necessário *A posteriori*

O problema com a segunda rota de Kripke para o necessário *a posteriori* é que o princípio DJF, do qual ela depende, exige um grau irrealista de transparência na relação entre frases e as proposições que elas expressam. F1 e F2 podem significar a mesma coisa, ou expressar a mesma proposição *p*, mesmo se um falante competente que entende ambas, e sabe que cada uma delas expressa *p*, *não* perceber que elas expressam a mesma proposição. Um tal agente pode aceitar F1 e nela acreditar como verdadeira, enquanto se recusa a aceitar F2 ou nela acreditar como verdadeira, falsificando assim DJF. Um tal agente é o Pierre de Kripke.¹¹ Embora ele entenda tanto “Londres est jolie” quanto “Londres é bonita”, não percebe que elas significam a mesma coisa e, assim, ele aceita uma enquanto rejeita a outra. Dado que produz o resultado contraditório de que Pierre tanto acredita quanto não acredita que Londres é bonita, DJF não pode ser aceito.

Um resultado similar pode ser alcançado usando o exemplo, dado por Kripke, de Peter, o qual encontra ocorrências diversas de (14), acreditando erroneamente que elas se referem a dois homens diferentes de nome “Paderewski”.

14. Paderewski tinha um talento musical notável.

Dado que nem o nome nem a frase é ambígua, a proposição semanticamente expressa não muda de uma ocasião para outra, na qual Peter aceita (14) porque a toma como sendo sobre um músico, para uma outra ocasião,

na qual ele rejeita (14) porque a toma como sendo sobre um político. Dado que Peter compreende (14) sem perceber que Paderewski, o músico, é Paderewski, o político, a sua aceitação de (14) num caso e a sua rejeição noutra leva, por DJF, à contradição. Resultados similares envolvendo indexicais são facilmente obtidos.¹² Por essas razões, devem ser rejeitados tanto DJF quanto a segunda rota de Kripke para o necessário *a posteriori* – a menos que se possa descobrir algum outro princípio que substitua DJF.

Quando DJF é aplicado aos exemplos de Kripke, a crença em proposições singulares (sobre indivíduos ou espécies) é vinculada à aceitação de frases específicas (contendo nomes, indexicais ou termos para espécies naturais) que as expressam – que, por sua vez, vinculam-se à crença em certas proposições descritivas relacionadas às proposições singulares originais. Isso sugere a possibilidade de deixar de lado o problemático DJF e vincular diretamente as proposições singulares às suas contrapartes descritivas. No caso de (12b), a minha crença de que Véspero é Fósforo poderia ser vinculada a (algo como) minha crença de que o corpo celeste visível à noite é o corpo celeste visível de manhã, enquanto, no caso do exemplo de Kripke sobre a mesa, a minha crença de que ela não é feita de gelo poderia ser vinculada a (algo como) minha crença de que *uma única mesa ali ao lado* não é feita de gelo. Em cada caso, a idéia é que as crenças vinculadas estão relacionadas de duas formas: (i) eu chegar a ter a crença descritiva, nas circunstâncias em questão, é necessário e suficiente para eu vir a acreditar na proposição singular, e (ii) a minha justificativa para acreditar na proposição singular se baseia na minha justificativa para a crença descritiva. Dado que, em cada caso, a justificativa da crença descritiva exige dados empíricos, considera-se que a minha crença no exemplo alegado de necessário *a posteriori* exige os mesmos dados empíricos.

O substituto de DJF resultante, não-metalingüístico, que emerge dessa linha de pensamento é, aproximadamente, como segue:

A Origem Descritiva Forte e a Justificativa da Crença *De Re* (ODFJ).

Se um agente x, numa circunstância C, é capaz de acreditar numa proposi-

ção singular p em virtude de uma certa proposição descritiva relacionada PD, então (a) x acredita em p , em C , sse x acredita em PD em C , e (b) x estaria justificado a acreditar em p , em C , com base em d sse estivesse justificado a acreditar em PD em C com base em d .

ODFJ pode ser usado na segunda rota de Kripke para o necessário *a posteriori* essencialmente da mesma forma que DJF o foi. Assim, se se aceita a idéia de que a crença em proposições singulares sobre indivíduos ou espécies sempre resulta de (ou está acompanhada por) se acreditar em certas proposições descritivas relacionadas, pode-se substituir ODFJ por DJF, enquanto se preserva a estrutura da segunda rota de Kripke para o necessário *a posteriori*.

Entretanto, não se pode *salvar* a rota dessa forma, dado que os mesmos contra-exemplos que falsificam DJF falsificam também ODFJ. No exemplo de Pierre, um proponente da idéia de que a crença em proposições singulares sempre surge da crença em proposições descritivas associadas tem de admitir que há muitas maneiras pelas quais Pierre pode vir a acreditar que Londres é bonita. Ele pode, por exemplo, vir a acreditar que Londres é bonita quer acreditando que a cidade onde vive é bonita, quer acreditando que a cidade nos cartões-postais trazidos de Paris é bonita. Dado que na verdade ele acredita que a cidade nas imagens é bonita, enquanto não acredita que a cidade onde vive é bonita, ODFJ leva à conclusão contraditória de que Pierre acredita e não acredita que Londres é bonita. Os caso de Pierre e de Paderewski produzem uma conclusão similar, inaceitável. Por essa razão, DJF, ODFJ e a segunda rota de Kripke para o necessário *a posteriori* devem ser todos rejeitados. Felizmente, essa rejeição não diminui a correção de sua primeira rota para o necessário *a posteriori*. A única coisa que é colocada em dúvida é o caráter *a posteriori* de (12) e de (13).

ORIGENS DE DJF E DE ODFJ

Embora DJF e ODFJ sejam falsos, cada um deles pode ser visto como uma generalização incorreta de uma idéia defensável. A idéia orientadora por trás de DJF é a de que muitas de nossas crenças (incluindo aquelas em proposições singulares) são o resultado de compreender e aceitar frases (ou outras representações) que as expressam. A idéia orientadora por trás de ODFJ é a visão (1) de que pensar num indivíduo ou espécie sempre envolve concebê-lo *de uma certa forma* – como o portador de certa propriedade descritiva – e (ii) de que, por causa disso, acreditar na proposição singular simples de que o é F envolve também acreditar numa proposição descritiva relacionada segundo a qual alguma outra propriedade é usada para pensar sobre o.¹³ Essas idéias – por trás de DJF e de ODFJ – têm plausibilidade considerável e nada do que foi aqui dito as mostra como falsas.

As duas idéias podem ser formuladas, de maneira geral, como segue:

A Origem Metalingüística e a Justificação de (Algumas) Crenças (OMJC)

Sejam A uma certa classe de agentes (que inclui a nós), C uma certa classe de contextos e P uma certa classe de proposições (incluindo proposições singulares sobre indivíduos ou espécies). Para qualquer membro x de A, c de C e p de P, (i) x acredita em p em c sse houve uma frase (ou representação) f tal que x compreende f, x sabe que f expressa p em c e x aceita f em c (acreditando assim em p), e (ii) x estaria justificado em acreditar em p em c com base nos dados empíricos d sse houver alguma frase (ou representação) que x compreende e sabe que expressa p em c que x estaria justificado em aceitar em c com base em d.

A Origem Descritiva e a Justificação de Crenças *De Re* (ODJC).

Sejam A uma certa classe de agentes (que inclui a nós), C uma certa classe de circunstâncias e P a classe de proposições singulares sobre indivíduos ou espécies. Para todo membro x de A, c de C e p de P, (i) x acredita em p em c sse houver uma proposição descritiva PD – relacionada, em c, a x e a p de uma certa forma – que é tal que x acredita em p em c em virtude de acreditar em PD em c, e (ii) x estaria justificado em acreditar em p em c com base nos

dados empíricos d sse houver uma proposição descritiva DP relacionada, em c, a x e a p como em (i), e x estaria justificado em acreditar em PD em x com base em d.¹⁴

Não precisamos aqui tentar determinar a verdade ou a falsidade de nenhum desses princípios (para classes especificadas de agentes, contextos e proposições). Há, porém, dois pontos importantes a observar. Primeiro, a razão de eles *não* serem falsificados por exemplos do tipo de Pierre é que eles permitem que um agente x acredite numa proposição singular p em virtude de aceitar a frase F ou acredite numa proposição descritiva PD de um certo tipo – mesmo se x não aceitar outras frases F* ou não acreditar em outras proposições descritivas PD* do mesmo tipo (aceitação ou crença essas que também seriam suficientes para se acreditar em p). Assim, Pierre acredita que Londres é bonita porque ele compreende e aceita “Londres est jolie”, e acredita que a cidade na imagem dos cartões postais é bonita mesmo se ele compreende, mas *não* aceita, “Londres é bonita” e *não* acredita que a cidade onde vive é bonita. O segundo ponto a observar é que esse traço mesmo dos princípios, que os torna compatíveis com os exemplos do tipo Pierre, também os torna *incapazes* de desempenhar os papéis de DJF e ODFJ na segunda rota de Kripke para o necessário *a posteriori*. Claro, segue-se de OMJC e de ODJC que qualquer conhecimento da proposição p expressa por “Véspero é Fósforo”, que surge *unicamente* de se entender e aceitar essa frase mesma ou de acreditar que o corpo celeste visível na noite é o corpo celeste visível na manhã, está justificado pelos dados empíricos necessários para a aceitação justificada dessa frase ou da crença na proposição descritiva. Entretanto, isso não basta para mostrar que p é conhecível *apenas a posteriori*. A menos que se possa mostrar que a crença em p *nunca* pode surgir da aceitação de alguma outra frase F* ou da crença em alguma outra proposição descritiva PD* – cuja justificação *não* exige dados empíricos – a possibilidade de que p seja conhecível *a priori* não pode ser eliminada. Nada na discussão de Kripke faz isso.¹⁵

Ademais, as chances de alcançar esse resultado suplementando a dis-

cussão de Kripke não são promissoras. Suponha, por exemplo, que Pierre seja acompanhado em sua odisséia de Paris a Londres por um grupo com infortúnios similares, o qual compartilha o seu destino epistêmico. Pode-se facilmente imaginá-los aprendendo o dialeto do inglês no qual o nome de “Londres” é importado do francês e no qual (15a) expressa semanticamente a mesma proposição que (15b).

15a. Londres é London¹⁶

15b. Londres é Londres¹⁷

Nesse cenário, uma forma de Pierre conhecer a proposição *p* expressa pelas duas frases seria compreender e justificadamente aceitar (15a), ao mesmo tempo que sabe que a cidade nas imagens dos cartões postais é a cidade onde vive. Uma outra forma de saber a mesma coisa seria compreendendo e justificadamente aceitando (15b), ao mesmo tempo em que sabe que a cidade onde vive é a cidade onde vive. Embora a primeira forma de conhecer *p* possa ser tomada propriamente como *a posteriori*, a segunda forma de conhecer *p* é *a priori*.¹⁸ Assim, a resposta adequada à questão de se *p* é um exemplo do necessário *a posteriori* – e a resposta apoiada por OMJC e por ODFJ – parece ser “não”, dado que, embora *p* seja necessário, é possível conhecer *p* *a priori*. Dado o paralelo claro entre esse exemplo e o exemplo de Véspero/Fósforo, assim como os outros exemplos de (12a) e de (13), não podemos aceitar nenhuma caracterização de Kripke desses exemplos ou de sua segunda rota para o necessário *a posteriori*.¹⁹

UMA ÚLTIMA PALAVRA SOBRE DESCITAÇÃO FORTE E JUSTIFICAÇÃO

Embora o princípio original, DJF, não possa carregar o peso sobre ele colocado pela segunda rota do necessário *a posteriori* de Kripke, ele tem apelo intuitivo e versões dele desempenham um papel em nossas práticas de relatar crenças. Assim, vale a pena separar o que está correto nele do que não

está. A chave para fazer isso, como argumentei alhures, é reconhecer que um proferimento frequentemente resulta na asserção e comunicação de mais do que a proposição semanticamente expressa pela frase proferida.²⁰ Por exemplo, (14) poderia ser usado, num contexto em que músicos são discutidos, para asseverar ou comunicar a proposição Pm – *de que o músico Paderewski tinha um talento musical notável* –, ao mesmo tempo em que é usada, num contexto em que o assunto da conversa são os políticos – para asseverar ou comunicar a proposição Pe – *de que o estadista Paderewski tinha um talento musical notável*. O mesmo é verdadeiro de outras atitudes. Algumas vezes Peter usa (14) para pensar em Pm, e às vezes ele a usa para pensar em Pe (além da proposição simples que simplesmente atribui a Paderewski a propriedade de ter um talento musical notável). Essa relação um-para-muitos entre frases e proposições afeta a aplicação de DJF. Quando o aplicamos a um agente como Peter, que usa (14) primeiro para pensar Pm e, depois, Pe, nenhuma contradição resulta da aceitação de Peter de (14) no primeiro caso e da sua rejeição no segundo – desde que deixemos Pm desempenhar o papel de “p” no primeiro caso e Pe desempenhar esse papel no segundo. Entretanto, se deixarmos o conteúdo semântico básico de (14) desempenhar o papel de “p” em ambos os casos, obtemos uma contradição. Portanto, aplicações particulares de DJF podem ser não-problemáticas ou claramente incorretas, dependendo de como, precisamente, ele é formulado e de se estão envolvidos enriquecimentos contextuais.²¹

Com isso em mente, suponha que tomemos a confiança implícita de Kripke em DJF em sua discussão de (12b) como envolvendo uma proposição modestamente *enriquecida* que os falantes poderiam naturalmente cogitar ou asseverar usando aquela frase – por exemplo, a proposição de que o corpo celeste Véspero, que é visível à noite, é o corpo celeste Fósforo, que é visível de manhã. *Essa proposição* é, claro, conhecível apenas *a posteriori* e a aplicação relevante de DJF não é problemática. Entretanto, essa forma de considerar o caso não faz avançar o argumento de Kripke, dado que a proposição *enriquecida* não é necessária. Se, por outro lado, é-nos solicitado que focalizemos a proposição necessária que (12b) expressa *semanticamen-*

te, então precisamos de uma explicação clara – que Kripke não fornece – de precisamente qual é essa proposição.

A teoria semântica mais em harmonia com o antidescriptivismo inabalável de Kripke – millian-russealianismo contemporâneo – não vai salvar o seu argumento, dado que, de acordo com ele, a proposição semanticamente expressa por (12b) é a proposição *a priori* também expressa por (12e).

12e. Véspero é Véspero.

Para essa teoria, nem (12b) nem instâncias de (13) são exemplos do necessário *a posteriori*. Claro, o millian-russellianismo não pode ser atribuído a Kripke. Entretanto, se essa não for a sua visão, é um mistério qual é a sua visão positiva. Estando no escuro sobre isso, não estamos em posição de aceitar nem o seu argumento a favor do caráter *a posteriori* e necessário de (12b) nem a sua segunda rota para o necessário *a posteriori*. Felizmente para nós, e para a prática da filosofia no período pós-kripkiano, permanece uma rota correta para o necessário *a posteriori*.²²

Notas

1 Artigo original: Soames, Scott. “Kripke on Epistemic and Metaphysical Possibility: Two Routes to the Necessary A Posteriori” in Berger, Alan. (ed.). *Saul Kripke*. New York: Cambridge University Press, 2011, p. 78-99.

2 Saul Kripke, *Naming and Necessity* (Cambridge: Harvard University Press, 1980); “Identify and Necessity” in Milton Munitz, ed., *Identify and Individuation* (New York: NYU Press, 1971).

3 Para uma discussão da importância filosófica de um entendimento correto dessa questão, veja o meu “The Philosophical Significance of the Kripkean Necessary *Aposteriori*,” *Philosophical Issues*, 16, 2006, 287-390; reimpresso em Soames, *Philosophical Essays*, vol. 2 (Princeton: Princeton University Press, 2009).

4 Quando falo de propriedades e relações “essenciais” (kripkianas), entendo simplesmente *propriedades e relações que se aplicam necessariamente aos objetos (em todos estados-do-mundo genuinamente possíveis em que o objeto existe)*.

5 De maneira mais adequada, no caso de (2) e de (4), sabemos *a priori* que são necessários se os seus consequentes forem verdadeiros. Agradeço à Teresa Robertson por ter me

apontado isso.

6 Se se deseja criar exemplos de necessário *a posteriori*, acerca de um homem meramente possível, como “Norman é humano, se existir”, ao mesmo tempo que se evita uma caracterização semelhante de “Norman é um elefante, se existir”, a cláusula (b) precisa ser alterada. Uma forma de fazer isso é como segue: conhecimento de o de que ele teria F, se existisse, pode ser obtido, mas apenas *a posteriori*. No que se segue, vou ignorar tais sutilezas. Agradeço de novo à Teresa Robertson pela observação anterior.

7 *Naming and Necessity*, p. 138.

8 Veja os capítulos 9-11 do meu livro *Beyond Rigidity* (New York: Oxford University Press, 2002); “Knowledge of Manifest Kinds”, *Facta Philosophica*, 6, 2004, 159-81; e o capítulo 4 de *Reference and Description* (Princeton: Princeton University Press, 2005). Igualmente, Nathan Salmon, “Naming, Necessity, and Beyond”, *Mind*, 112, 2003, 475-92; Bernard Linky, “General Terms as Rigid Designators,” e a minha resposta a Linky, num simpósio sobre *Beyond Rigidity*, em *Philosophical Studies*, a ser publicada.

9 Nota do tradutor: adaptado do original, no qual se lê: Woodchucks are groundhogs.

10 Incluir essas propriedades nos conteúdos de “Véspero” e de “Fósforo” e rigidificá-las usando o operador de atualidade preservaria a necessidade de (12b) (ou estaria próximo o bastante disso). Porém, uma tal análise falha por razões independentes. Veja o capítulo 2 do meu livro *Beyond Rigidity*.

11 Saul Kripke, “A Puzzle about Belief”, *Meaning and Use*, A. Margalit, ed. (Dordrecht: Reidel, 1979).

12 Veja o capítulo 1 de *Beyond Rigidity* e o capítulo 15 do meu livro *Philosophical Analysis in the Twentieth Century*, vol. 2 (Princeton: Princeton University Press, 2003).

13 As duas fontes iluminadoras desse amalgama de idéias fregeanas e russellianas são David Kaplan, “Quantifying In”, in D. Davidson e J. Hintikka, eds., *Words and Objections* (Dordrecht: Reidel, 1969), e Nathan Salmon, “Three Perspectives on Quantifying in”, in R. Jeshion, ed. *New Essays on Singular Thought* (Oxford: Oxford University Press, 2010).

14 É natural tomar a relação entre x, p e PD como (i) envolvendo algum tipo de relação de contato (perceptivo, causal ou histórico) que conecte as atitudes epistêmicas de x em direção a PD com os objetos ou espécies que são os constituintes de p.

15 Kripke parece mostrar uma consciência implícita da essencialidade desse ponto na nota de rodapé 44 de “A Puzzle about Belief”.

16 Nota do tradutor: no original, lê-se: Londres is London.

17 Nota do tradutor: no original, lê-se: London is London.

18 Para fins de simplicidade, aqui e ao longo do texto, eu ignoro questões sobre os comprometimentos existenciais dos enunciados de identidade. Dependendo da visão que se tiver sobre esse assunto, as complicações necessárias podem ser facilmente adicionadas.

19 O exemplo (15) é similar a diversos exemplos menos artificiais da literatura. Um deles envolve a personagem Sasha, de Nathan Salmon, a qual aprendeu as palavras “catsup” e

“ketchup” a partir de definições ostensivas diferentes, em que garrafas assim rotuladas lhe são dadas, em diferentes momentos, para temperar a sua comida. As palavras, claro, são sinônimas, embora ninguém tenha dito isso a Sasha. Como resultado, ele não aceita “Catsup é ketchup” – porque ele suspeita que possa haver alguma diferença, para ele indiscernível, entre as coisas a que as duas palavras referem. Não obstante, ele compreende as duas palavras. Como Salmon enfatiza, quase todos nós aprendemos uma das palavras ostensivamente, não importando a ordem em que são aprendidas, e, se algum dos termos pode ser aprendido ostensivamente, então alguém como Sasha poderia aprender a ambos dessa forma. Mas, então, haverá frases sinônimas F1 e F2 que diferem apenas na substituição de uma palavra pela outra, as quais Sasha entende ao mesmo tempo em que está disposto a aceitar apenas uma – assim como Pierre. Nathan Salmon, “A Millian Heir Rejects the Wages of Sinn”, in C. A. Anderson e J. Owen, eds., *Propositional Attitudes: The Role of Content in Logic, Language, and Mind* (Stanford, CA: CSLI, 1990). Veja também Kripke sobre “furze” e “gorse”, p. 134 de “A Puzzle about Belief”, e Stephen Rieber, “Understanding Synonyms without Knowing that They are Synonymous”, *Analysis* 52 (1992), 224-8.

20 Veja o capítulo 3 de *Beyond Rigidity*, “Naming and Asserting”, in Z. Szabo, ed., *Semantics vs. Pragmatics* (Oxford: Oxford University Press, 2004), “Beyond Rigidity, Reply to McKinsey”, *Canadian Journal of Philosophy*, 35, 2005, 169-78, e “The Gap between Meaning and Assertion: Why What We Literally Say Often Differs from What Our Words Literally Mean”, in Soames, *Philosophical Essays*, vol. 1 (Princeton: Princeton University Press, 2009).

21 Essa idéia é usada para iluminar e resolver questões levantadas pelo *puzzle* de Kripke sobre a crença em Mike McGlone, *Assertion, Belief, and Semantic Content* (dissertação realizada em Princeton, não publicada, 2007), de quem as minhas próprias visões se beneficiaram.

22 Agradeço a Ali Kazmi e a Jeff Speaks pelos comentários úteis sobre um esboço anterior.